



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL COM FINS DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 – COM A FINALIDADE DE OUVIDA DE CONVIDADO PARA DEBATER AS AÇÕES E MEDIDAS REALIZADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Aos seis do mês de julho do ano de dois mil e vinte, em sessão realizada por meio de Sistema de Deliberação Remota, SDR, Sessão Plenária Virtual da Câmara Municipal de Caruaru, em que as discussões e deliberações foram tomadas em ambiente virtual. Compareceram o **Vereador Presidente da presente Comissão Pb. Andrey Gouveia**, o **Vereador Relator Moysés Santos**, os **Vereadores Bruno Lambreta, Cecílio Pedro e Daniel Lula Finizola**, bem como os membros da Consultoria Jurídica Legislativa, Joana Caraciolo e Túlio Lima. A convite, realizado por esta Comissão, em reunião ocorrida no dia 29/06/2020, compareceu o **secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Carlos Eduardo Braga Farias**, e o **secretário executivo Yuri Ribeiro**. Iniciado às 15h22. Inicialmente, o Vereador Pb. Andrey Gouveia iniciou a reunião, saudando os presentes e saudando o Senhor Carlos Eduardo Braga. Após, o Vereador Pb. Andrey explicou as razões do convite e agradeceu a presença. Na oportunidade, deu à palavra a Carlos Eduardo, que agradeceu a oportunidade da reunião e iniciou a apresentação demonstrando as ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, como: a distribuição de mais de 5.500 cestas básicas, incluindo o mapeamento dos territórios vulneráveis do município, constando a arrecadação de 242 cestas no mês de março do PAIF/PAEFI, arrecadação de 1.218 cestas no mês de abril do PAIF/PAEFI 1.218, no mês de maio foram arrecadas 450 do PAIF/PAEFI, 114 cestas do ASSAÍ e 400 cestas do Estado e no mês de junho foram arrecadas 152 cestas da PAIF/PAEFI, 784 cestas do ASSAÍ e 2.537 cestas do Estado; outra ação destacada na apresentação foi o atendimentos à população com orientações sobre o cadastro do auxílio emergencial, com equipes espalhadas pelos 10 CRAS, sede do cad. único, espaço cultural e centro administrativo, desde o início da pandemia, realizando mais de 20.000 atendimentos; reforço do serviço de auxílio funeral com suporte às famílias tipificadas para o benefício eventual; atendimento à população em situação de rua, disponibilizando refeições, higienização, atendimento técnico socioassistencial e reintegração familiar, bem como a criação do espaço de acolhimento emergencial na escola Prof. Machadinho. Ao fim da apresentação o presidente desta comissão deu a oportunidade para os questionamentos dos vereadores presentes. Com a palavra, o vereador Daniel Lula Finizola, que na oportunidade agradeceu a participação do secretário e enfatizou a importância da discussão sobre o tema, sobretudo neste momento de pandemia, ato contínuo, o vereador questionou em que local está sendo realizado o cadastro do NIS. O secretário explicou que a realização do cadastro está sendo feita em qualquer CRAES ou na sede do bolsa família, e, ainda, existe equipe volante e o Centro Pop ao fazer a abordagem às pessoas em situação de rua também estão realizando o cadastramento. O vereador Daniel Lula Finizola questionou a possibilidade de o cidadão conseguir realizar amanhã o cadastro, enfatizando que há reclamações das pessoas não conseguirem realizar o cadastramento. O secretário respondeu que o cidadão indo nos locais consiga fazer o cadastro e que em 48 a 72h o Governo Federal emite a resposta. O vereador Daniel Lula Finizola questionou acerca dos critérios adotados para o processo de distribuição das cestas básicas, tendo em vista que alguns segmentos estão prejudicados, como por exemplo os ambulantes, e enfatizou a necessidade desses dados para colocar no relatório desta comissão. O secretário explicou que a apresentação das cestas básicas ocorre de acordo com o procedimento estabelecido pelo programa do PAIF/PAEFI e que para ter acesso as cestas recebidas a equipe de abordagem do CRAES registra as famílias e/ou as próprias famílias fazem o cadastro no programa, e mais, ressaltou que este é procedimento padrão, independente de pandemia, acrescentou que as cestas recebidas são durante certo período, enquanto finalizando o cadastro



no sistema do CAD. único ou quando a família conseguir se restabelecer. Quanto aos ambulantes, mototaxista, taxistas, entre outros, o secretário explicou que o programa Transforma Caruaru está atendendo as demandas, nas quais os voluntários fazem a entrega das cestas básicas a partir do cadastro, e explicou, ainda, que a Secretaria fica vinculada aos relatórios do CRAES para distribuição das cestas, e as que recebem do Estado são distribuídas conforme a determinação estadual, que ocorrem para as pessoas que estão na fila de espera do Cad. Único. O Vereador Daniel Lula Finizola questionou se o recebimento das cestas ocorre uma vez por mês, e o secretário explicou que a entrega ocorre uma única vez. O vereador Daniel Lula Finizola questionou quantas cestas ainda têm para serem distribuídas. O secretário respondeu que possui menos de mil cestas a serem distribuídas. O vereador Daniel Lula Finizola ressaltou que as cestas relacionadas ao movimento Transforma Caruaru seguiram critérios de distribuição diferentes das demais políticas Sociais. O secretário explicou que foi editado decreto do núcleo gestor e que os procedimentos adotados seguiram as normas estabelecidas. O Vereador Daniel Lula Finizola questionou se o secretário tinha esses decretos para apresentar para a comissão, o que obteve resposta negativa, ato contínuo, enfatizou a importância de reunião com a presença do Transforma Caruaru para obter informações pertinentes, por fim questionou acerca dos critérios adotados pelo governador pelo Transforma Caruaru serem diferentes dos adotados pela política de assistência social. O secretário respondeu que os critérios adotados são diferentes e explicou que o critério é realizado por grupos/profissões atingidas, como catadores, ambulantes, mototaxista, entre outros, e que o núcleo gesto é formado por 01 membro da associação e que estes deliberam os devidos trâmites. Ainda, o Vereador Daniel Lula Finizola enfatizou a importância da gravação das reuniões dessa comissão, bem como a disponibilização para a população, solicitou que constasse em ata o seguinte: os critérios das cestas básicas adotados para o Transforma Caruaru e da Assistência Social são diferentes, conforme a resposta do Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Aproveitando a oportunidade, o vereador Daniel Lula Finizola solicitou um adendo na ata desta reunião, esclarecendo que constatou nas atas das reuniões anteriores realizadas por esta comissão que restaram ausentes algumas informações repassadas pelos convidados, destacando: a) O Secretário de Saúde, na reunião do dia 15/06/2020, afirmou que não haveria fundamentação científica que justificasse a reabertura da economia. b) o Secretário de Educação, na reunião do dia 29/06/2020, após 60 dias do início das aulas remotas, não tinha relatório das ações e resultados das aulas remotas para apresentar a esta comissão e para a sociedade; c) em mesma reunião, o secretário de educação, não apresentou cronograma para os kits alimentares; d) o Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa, na reunião realizada no dia 15/06/2020 não relatou ações específicas para os ambulantes. Os demais vereadores participantes desta comissão concordaram com as observações. Após, estas considerações, o Secretário Executivo fez observação quanto ao NIS, explicando que no início não estava sendo realizado o cadastramento para o recebimento do auxílio emergencial, pois o Governo Federal utilizou o cadastro do cad. Único. O Vereador Daniel Lula Finizola questionou a situação das pessoas que necessitam do NIS para a Tarifa Social. O Secretário Executivo explica que para quem tem o número do NIS a tarifa social é disponibilizada e para os que não possuem, realizam o cadastro no cad. Único, e explica ainda que o coordenador da Celpe utiliza a base de dados para incluir automaticamente na tarifa social, aqueles que tem direito, para que o procedimento se torne simples. O Vereador Daniel Lula Finizola questiona se amanhã a pessoa que quer fazer o NIS para a Tarifa Social vai conseguir. O Secretário Executivo responde que sim, que houve uma falha na comunicação das informações passadas para a população quanto a suspensão do cadastro do NIS para a tarifa social, e que está acontecendo normalmente. O Vereador Daniel Lula Finizola solicitou que constasse em ata o seguinte: ocorreu ruído de comunicação quanto as informações prestadas, em que as pessoas



entenderam que a secretaria não estava fazendo o cadastro para o NIS, principalmente no que diz respeito a solicitação da tarifa social, conforme resposta do Secretário Executivo. O secretário executivo concordou com os termos relatados. Ainda, o Vereador Daniel Lula Finizola solicitou que constasse em ata os seguintes dados trazidos pelo Secretário Desenvolvimento Social e Direitos Humanos: Foram doadas pelo Estado 4.586 cestas básicas, e a distribuição segue o critério da lista de espera do cad. Único, e 400 kits estão relacionados a produtos da agricultura familiar. O secretário Carlos Eduardo concordou com os termos relatados. O Vereador Moysés Santos questionou acerca das verbas e doações do Transforma Caruaru. O secretário explicou que o Transforma Brasil é uma plataforma de voluntários e que funciona a nível nacional e internacional, e que no ano passado Caruaru foi acrescida na plataforma com o nome Transforma Caruaru, e que foram distribuídas, até o momento, 11.800 cestas. Na oportunidade, o Vereador Moysés Santos parabenizou o programa, enfatizando que conseguiu atingir mais de 11 mil famílias. O vereador Daniel Lula Finizola questionou se a prefeitura teria atingido o número de 11 mil cestas, e o secretário respondeu que sim, com o Transforma Caruaru. O vereador Daniel Lula Finizola enfatizou a importância de a comissão ter esses dados em relatório e o vereador Pb. Andrey Gouveia explicou que os relatórios são dinâmicos pois são atualizando semanalmente, desde as primeiras distribuições das cestas básicas semanais, que os itens acrescentados foram discutidos vastamente pela equipe especializada, e, por isso, os número que possuía estavam desatualizados, contudo irá anexar a esta reunião os documentos que tem, até o momento. O vereador Daniel Lula Finizola questionou qual secretária é responsável pelas ações do Transforma. O Secretário explicou que os responsáveis fazem parte de uma equipe, no qual inclui Cristina Magalhães e outros voluntários, ressaltou que as reuniões realizadas pelo Transforma são todas documentadas, e pediu desculpas por não trazer o material para a reunião desta comissão, no que o Vereador Pb. Andrey Gouveia comprometeu-se a trazer os dados na reunião seguinte. O Vereador relator lembrou que na Câmara de Caruaru existe uma comissão específica para averiguar este tema, qual seja Comissão Temporária Especial com fins de investigar a entrega dos Kits alimentares, e que não há necessidade de as comissões investigarem entre si. Na oportunidade, o Vereador Daniel Lula Finizola solicitou que constasse em ata o seguinte: fora solicitado ao secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos relatório que constasse quais entidades receberam as cestas, quanto foi arrecadado e qual secretaria é responsável pelas ações do Transforma Caruaru, bem como os procedimento e critérios adotados. O vereador Moysés Santos relatou que o secretário de educação informou que a verba do PENAI foi arrecada em torno de R\$ 600.000,00 e que não foi suficiente para o município de Caruaru, o qual teve que complementar com o montante no valor aproximado de R\$ 400.000,00, enfatizando que o arrecado do Governo é insuficiente, diante disto questionou a existência de algum auxílio ou ajuda do município ou do governo estadual para cobrir os gastos. O Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos explicou que o gasto atual é em torno de R\$ 141.000,00, explica ainda que os recursos recebidos na pandemia pelo governo estadual foram em torno de R\$ 16.000,00, e para cobrir os gasto foram utilizados os recursos municipais, ainda explicou que o auxílio existente é o do benefício eventual, que inclui cesta básica e auxílio funeral. O vereador Bruno Lambreta solicitou a especificação do total disponibilizado pelo Governo Federal, antes e durante a pandemia, bem como a dimensão do aporte do município com os recursos próprios, antes e durante a pandemia. O Secretário explicou que quanto ao governo estadual o aporte advindo do FEAS no PAIF, que ajudam a cofinanciar o CREAS, não foi repassado para o município no ano de 2019, o que repercutiu no ano corrente, pois o município arcou com 70 a 80% dos gastos da assistência social de Caruaru, explica, ainda que no ano de 2020 o único recurso advindo do estado foi no montante de R\$ 16.000,00 e que o Governo Federal, através da portaria nº 369 disponibilizou em torno de R\$ 309.000,00 destinando para as



ações de combate a Covid-19, especificamente para aquisição de EPIs para os servidores, sendo recebido o recurso pelo município no dia 09 de maio, e no dia 02 de junho o Conselho Municipal de Assistência Social realizou reunião acerca para debater e estabelecer procedimento, sendo aberta a licitação, através da modalidade pregão, a ser realizada no dia 07/07/2020 para aquisição dos materiais de EPIs. E, explicou que o governo federal, através da portaria nº 378 disponibilizou o montante no valor de aproximadamente R\$ 333.810,00, destinados para alimentação para os idosos acolhidos na Casa dos Pobres, e que ocorreram reuniões com os nutricionistas da instituição para estabelecer o cardápio adequado, ressaltando que os procedimentos licitatórios já estão em andamento. Enfatizou também que a secretária está utilizando recursos extraordinário para ajudar neste momento de pandemia, e que as parcelas normais que estavam em atraso, ainda somado, é superior aos recursos extraordinários disponíveis, demonstrando assim um déficit. O vereador Bruno Lambreta questionou que comumente era para vim recursos ordinário e extraordinários. O Secretário respondeu afirmativamente, e apresentou gráficos dos recursos arrecadados e gastos utilizados nas ações para enfrentamento da Covid-19, aquisição de cestas básicas e auxílio funeral, o quais serão acrescidos nos anexos desta reunião. E ressaltou os problemas econômicos enfrentados pela Secretária no corrente ano. O Vereador Daniel Lula Finizola ressaltou que quanto ao dinheiro do fundo de assistência social não existe o repasse para o fundo do governo federal para a assistência social, de modo geral. O Secretário explicou que o governo federal não deixou de financia o bolsa família durante a pandemia, este auxílio não sofreu alteração, contudo os demais blocos da básica, média e alta estão 03 meses atrasados, mas não sabe responder se o governo federal deixou de repassar para o governo estadual. O vereador Bruno Lambreta questionou a obrigação dos repasses do governo estadual. O Secretário explicou que o governo do estado tem um compacto de cofinanciar o benefício eventual e auxílio funeral, sendo pagos ou pelo governo estadual ou pelo governo municipal, nunca pelo governo federal. O vereador Daniel Lula Finizola questionou qual a participação do governo do estado e do município neste compacto. O Secretário explicou que não tem essa informação, contudo sabe-se que o governo estadual tem dívidas a pagar. O Vereador Bruno Lambreta ressaltou a importância desses questionamentos e obtenção dos dados para constar no relatório. O Secretário explicou que o repasse do governo do estado é em torno de R\$ 16.000,00 para o benefício eventual e que no compacto há a opção dos gastos com cestas básicas ou auxílio funeral, e que a secretaria optou pelas cestas básicas. O vereador Moysés Santos solicitou que constasse em ata o seguinte: O que está sendo aplicado pelo município de Caruaru não aproxima-se do que está sendo investido neste período de pandemia, e que para os kits dos alunos de material escolas não está sendo utilizado os recursos do PNAE, sendo completado com a verba do município, segundo Secretário de Educação em reunião nesta comissão, por isto é importante ressaltar esse investimento realizado pelo município, bem como a falta dos recursos por parte do governo estadual. O vereador Daniel Lula Finizola questionou a porcentagem dos recursos que o governo estadual deveria ter repassado. O Secretário não tinha esses dados para apresentar, contudo vai tentar buscar a informação. Nada mais a questionar, os secretários presentes agradeceram a oportunidade. O Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos enfatizou a importância desta reunião, bem como os trabalhos realizados pela secretaria. Os vereadores, na oportunidade, parabenizaram os trabalhos prestados. O presidente da Comissão solicitou envio de ofício para a Secretaria da secretaria de ordem pública, Carla Vieira, da Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes – DESTRA, convidando-a para reunião a ser realizada no dia 13/07/2020 às 15hs pelo Sistema de Deliberação Remoto. Por fim, o presidente desta comissão solicitou que constasse em ata que todos os documentos apresentados nesta reunião serão anexados ao SAPL. Os vereadores Pb. Andrey Gouveia e Moysés Santos agradecerem a assistência da Consultoria Jurídica. Para a devida assinatura da ata elaborada, os membros da Comissão autorizaram a



posterior assinatura digital pelos membros da Consultoria Jurídica e o respectivo protocolo junto ao SAPL. Não havendo nada mais a tratar, o Vereador Pb. Andrey Gouveia encerrou a presente reunião às 16h50min. Para fins de direito, eu, Joana Caraciolo, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos vereadores presentes. Caruaru, 06 de julho de 2020.

Vereador Pb. Andrey Gouveia
Presidente da Comissão Temporária Especial

Vereador Bruno Lambreta
Membro da Comissão Temporária Especial

Vereador Cecílio Pedro
Membro da Comissão Temporária Especial

Vereador Daniel Lula Finizola
Membro da Comissão Temporária Especial

Vereador Moysés Santos
Membro da Comissão Temporária Especial